

“Na verdade, se dizer a palavra é transformar o mundo, se dizer a palavra não é privilégio de alguns homens mas um direito dos homens, ninguém pode dizer sozinho a palavra. Dizê-la sozinho significa dizê-la para os outros, uma forma de dizer sem eles e, quase sempre, contra eles. Dizer a palavra significa, por isso mesmo, um encontro de homens. Este encontro que não pode realizar-se no ar; mas tão-somente no mundo que deve ser transformado, é o diálogo em que a realidade concreta aparece como mediadora dos homens que dialogam”.

Paulo Freire

Exmo. senhor Presidente da Câmara de Castelo Branco.

Uma palavra de muito apreço para vossa Excelência, que desde da primeira hora em que a Associação se constituí, aqui em Castelo Branco, está sempre presente nas nossas jornadas pedagógicas.

Exmo. Senhor Presidente do Politécnico de Castelo Branco, ilustre Professor e amigo, o nosso grande apreço e satisfação que vejo, pela sempre presença do Politécnico e de vossa Exa. aqui representado, a quem apresento os meus cumprimentos.

Aos Prelectores o nosso grande apreço e satisfação de os ter nas nossas jornadas pedagógicas, a todos vós, a Associação Nacional de Professores na pessoa do seu Presidente, agradece profundamente.

Aos colegas e amigos permito-me louvar o notável trabalho desenvolvido pela Associação de Professores de Castelo Branco, **na pessoa do meu amigo Trigueiros** a quem dirijo uma palavra de profundo agradecimento.

A ESCOLA, a liberdade e a igualdade, será?

É longa a história de uma busca de autonomia em educação, em Portugal, e não resisto de fazer algumas reflexões com os colegas e ao mesmo tempo citando a autora Angelina Carvalho,

António Costa Macedo, em 1870 (**isto é há 130 anos**), dizia (...) **Somos nós a única das nações europeias onde a educação e a instrução se acham centralizadas na acção governamental**(...)¹; em 1978 (**isto é há 23 anos**), no Seminário Ibero-Americano em Madrid, indicava-se que a Administração da Educação deveria ser (...) **participativa, com a intervenção dos diferentes elementos que formam parte do sistema educativo**(...)²; em 1979 (**e só vão 22 anos**), a Resolução do Conselho de Ministros nº. 341 de 31 de Outubro cria o Gabinete para a Descentralização; o relatório da OCDE de 1983 (**apenas vão 18 anos**) refere a necessidade de elaboração de vários diplomas com vista à descentralização da Administrativa Central, incluindo o sistema educativo; o Decreto-lei nº. 43/89 (**apenas à 11 anos**) refere a necessidade de (...) **inverter a tradição de uma gestão demasiada centralizada**(...) e considera ainda que (...) **no contexto de uma mais ampla desconcentração assume particular relevância a escola e que a autonomia da escola se exerce através de competências próprias**(...); o Decreto-Lei nº. 172 de 1991 (**de há 10 anos**) referia a necessidade de (...) **favorecer a sua (da escola) a abertura à mudança e despertar nos professores novas atitudes de responsabilidade**(...); em 1996 (**há 5 anos**), o relatório do Conselho de Acompanhamento e Avaliação do Decreto-Lei nº. 172/91 referia lacunas ao nível, (...) **de uma função de verdadeira gestão estratégica da política da escola, à qual a gestão operacional terá de se subordinar**(...) bem como (...) **a indefinição decorrente dos normativos, quanto à representação institucional da escola**(...)

Em 4 de Maio de 1998 é publicado o Decreto-Lei nº. 115/98 onde lê no seu preâmbulo(...) **A autonomia das escolas e a descentralização constituem aspectos fundamentais de uma nova organização de educação, com o objectivo de concretizar na vida da escola a democratização, a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço público de educação**(...).

Este discurso da autonomia, ligados à mudança e à qualidade, vem-se repetindo, fazendo muitas vezes parte do texto dos preâmbulos de Decretos-leis. Como diz Licínio Lima (...) **discursos que o poder político produziu/reproduziu em certas fases, mas abandonou ou se recusou a levar à prática**(...), ainda o mesmo autor afirma a importância

¹ Preâmbulo do Projecto de Decreto de 16 de Agosto de 1870 com vista a uma reestruturação do sistema de ensino mais descentralizado.

² Puellas Bentex et al. (1986), Elementos de Administración educativa, Madrid, Libéria Pedagógica.

de (...) **um enorme esforço de desregulamentação e uma mudança profunda da tradicional intervenção do poder central(...).**

No jornal Público de 10 de Fevereiro de 2001 uma colega de uma escola do 2º ciclo do Porto, no seu artigo dizia o seguinte (...) *Tenho assistido a várias reformas na educação, pois já levo 30 anos de professora, a que tenho aderido porque a filosofia que as enformou me cativou. Não me é difícil entender que, não sendo Portugal um país rico, não será fácil criar as condições para por em prática o que no papel se diz bonito. A escola, hoje, quer-se e diz-se com autonomia o que aumenta a sua responsabilidade e implica que na sua gestão se envolvam todos os agentes interessados: pais, professores, funcionários e outros parceiros sociais, estando todos representados na sua assembleia de escola.*

Cada escola, hoje, conhecendo-se, desenha o seu próprio projecto educativo e cria o seu regulamento interno. Nestes constam os deveres e direitos de todos os que partilham este mesmo espaço. Deveres e direitos que foram acordados depois de ouvidos todos os visados. Deveres e direitos que, depois de redigidos, são sancionados pelo Conselho Pedagógico e pela Assembleia de Escola. No meu entender por aqui ficaríamos, diz a professora. Mas não, depois de ter passado por este crivo, o regulamento interno vai à Direcção Regional de Educação, que no caso da minha escola já obrigou a alterações por quatro vezes.

Em que ficamos? Temos ou não autonomia para traçar o nosso caminho? Para que não fique dúvidas quem me lê, esclareço que uma das situações não ratificados pela DREN foi uma sanção disciplinar para alunos que consistia em privá-los de um ou outro recreio. Que não senhor, que o intervalo é um direito de que os alunos não podem ser privados...Tivemos que aceitar mas não compreendemos, tanto mais que a reorganização curricular já prevê as aulas de 90 minutos, diminuindo assim os intervalos!...E para que não restem mesmo dúvidas, esclareço que mais uma vez estou com a filosofia que enforma esta reorganização curricular, mas por favor, deixem-nos trabalhar(...) Helena Almeida Santos, 10 de Fevereiro de 2001.

António Barreto, Professor Universitário, no retrato da semana no jornal Público, afirmava em letras a BOLD.(...) **A educação portuguesa é hoje governada por um conjunto de ideias feitas. De dogmas que é perigoso discutir. Mais ainda entre nós, onde os debates sobre educação versam sobre o acessório, o quantitativo e a tendência.**

Nunca saberemos exactamente onde as coisas começaram e por que vias chegaram até aos nossos dias. Mas são muitos os nomes das pessoas, escolas e experiências que foram elaborando a pesada doutrina que preside hoje à educação(...).

Entre nós, um marco inicial, foi seguramente Veiga Simão e dos seus gabinetes de estudos e planeamento. Depois, fomos assistindo, de Marcelo Caetano a António Guterres, de Roberto Carneiro a Augusto Santos Silva. No dizer ainda do Professor António Barreto, fomos assistindo, às contribuições(...) **de uma direita esclarecida, de uma esquerda marxista, de uma anarquia libertadora, do cristianismo pedagógico; da pedagogia activa, da engenharia social igualitária, das ciências da educação e da nova moral civil e puritana(...).**

Dada a força deste património doutrinário, será possível, um dia, alterar o essencial deste sistema absurdo? Quantas mais décadas terão de sofrer esta ideologia? Dado o seu sucesso, não será tarde de mais? Apetece responder “nunca é tarde”. Mas sei que é difícil.

Em 8 de Março de 1988, às 21.30 no programa, primeira página, R.T.P., com Margarida Marante, no *DEBATE SOBRE O INSUCESSO ESCOLAR*, com o Ministro da Educação da altura Roberto Carneiro, dizia este o seguinte:

(...) Portugal é dos países da Europa onde se regista maior insucesso escolar, ou seja: em que maior número de crianças e adolescentes perdem o ano ou abandonam precocemente a escola(...).

Em 14 de Março de 2001, **(12 anos depois)**, a Inspeção – Geral da Educação avaliou 348 escolas. O Ministro da Educação diz que os resultados revelam “um país normal”. Mas no entanto um terço dos alunos do 9º ano passa com negativa a Matemática. Nas escolas observadas, apenas 43 por cento dos jovens que concluíam o 9º ano obrigatório têm positiva em todas as disciplinas. O insucesso continua ser superior a Matemática, onde praticamente um terço passa com reprovação e 20 por cento reprova na língua Portuguesa. Outra característica apontada no relatório foi que a taxa de sucesso decresce com o aumento da idade do estudante **(aqueles que tem percurso escolar mais longos tendem a desempenhos menos bem sucedidos).**

Assim a avaliação integrada das escolas implicou a recolha da informação sobre o modo como elas; preparam e realizam o ensino e as aprendizagens dos seus alunos, como criam os ambientes propícios à interacção, à aprendizagem e ao desenvolvimento.

A I.G.E. na sua avaliação **identificou como pontes fortes**, o funcionamento da direcção da escola, a dinamização e mobilização dos recursos, na coordenação das turmas, no funcionamento dos serviços administrativos, na gestão dos recursos físicos e financeiros e os apoios sócio-educativos.

Identificou como pontos fracos, a integração comunitária e a capacidade de articulação dos órgãos de administração e gestão; o funcionamento dos conselhos de docentes e dos departamentos curriculares, principalmente no que diz respeito à articulação com outras estruturas e a formas cooperativas de trabalho, o exercício da função de coordenação de ano, ciclo ou curso, a implementação da função professor-tutor; a eficiência

e a eficácia dos contratos de prestação de serviço; a adequação das receitas à execução de projectos; a integração regional e local na oferta curricular; a avaliação e acompanhamento do processo educativo; o envolvimento dos pais na vida escolar.

Permitam-me caros colegas algumas observações:

1º observação: são mais evidentes (em maior número) os pontos fracos que os pontos fortes;

2º observação: constituem-se como pontos fortes fundamentalmente os aspectos burocráticos e administrativos;

3º observação: constituem-se como pontos fracos fundamentalmente os aspectos relacionados com a organização pedagógica das escolas e o seu isolamento relativamente à comunidade.

Minhas Senhoras,

Meus senhores,

Colegas,

Esta é uma reunião de esperança.

Uma reunião com esperança, porque lida com a questão mais decisiva quando se trata de construir o futuro – **A EDUCAÇÃO**. É uma reunião com esperança, porque dirige a nossa atenção para os assuntos que, dizendo respeito à educação, jogam o fulcro da mudança para este século que já entrámos – a base humanista essencial de toda a tarefa educativa e o aparecimento, e súbita importância, das novas tecnologias no nosso tempo.

Nós somos sem dúvida pessoas privilegiadas.

Outros lidam com números, pregos, fios, aço, parafusos, coisas. Nós lidamos com pessoas. As pessoas são o nosso objectivo – o nosso trabalho é feito com gente. E este trabalho pessoal, este bem entendido “comércio Humano” que se chama **EDUCAÇÃO**, este exercício de troca de ensinar e aprender (**ensinar alguma coisa e aprender tudo**) constitui um privilégio único entre todas as profissões, mas também uma tremenda responsabilidade. Todavia, uma responsabilidade com sorte.

Nós temos sorte no tempo que estamos a viver. Este é sem dúvida o tempo pelo tempo da aprendizagem.

Poucos como nós, podem falar, podem sonhar, podem construir para dentro do milénio que entrámos, tal como nós fazemos e devemos. Outros podem planejar – e, de facto, planeiam. Mas poucos, muito poucos na verdade, como nós na educação, são dados a

conhecer, a compreender, a moldar, a antecipar e a formar a realidade, tal como ela irá realmente emergir ao toque da década 2000.

Entre hoje e o terceiro milénio, já não há fronteira, já estamos na geração da passagem de todos aqueles que entraram na escola.

Mas há também outros paradoxos na nossa situação.

Se, de um lado, pulsamos ainda com objectivos primitivos – a escolaridade de 9 anos - sentimos, por outro lado, no universo restrito dos que finalizam a escolaridade normal, todo o conjunto de problemas “Modernos” que atrapalha os países mais desenvolvidos em matéria de recursos educativos: o analfabetismo funcional; a pressão absurda da anomia, isto é a falta de Leis ou de regras; as franjas crescentes de marginalidade; os vícios da especialização precoce; o risco da mecanização educativa; a desumanização tendencial; o diálogo eternamente difícil entre a economia e a pessoa, entre a exigência e a vocação, entre a pressão e o gosto.

Para tudo isto, eu não direi que a Associação Nacional de Professores tem as soluções, mas direi apenas aquilo que, nos passos que damos, procura ser a nossa fórmula: se a EDUCAÇÃO é para gente, a educação, em cada lugar e em cada tempo, tem que ser exactamente o que a gente é – oferta múltipla.

Citando o Presidente da Associação Nacional de Professores, Lemos Damião,(...) **a educação não se fez para aprisionar ninguém a coisa nenhuma. A educação fez-se para transmitir conhecimentos gerais, para despertar talentos específicos, para alimentar vocações. A educação fez-se para tomar o ambiente social menos agressivo e não para o fazer mais agressivo ainda. A educação não é um exercício prisioneiro, nem uma parte possessiva. – A educação é a mestria da liberdade sobre o ambiente físico e social(...).**

A educação, mais do que apenas responder, tem de corresponder, tem de saber corresponder. Tem que ser como as pessoas são na sua própria natureza humana: oferta múltipla, muitos talentos, múltiplas vocações, profissões sem fim, conhecimentos gerais, sem conta – **HUMANIDADE**.

O humanismo cristão, a afirmação da liberdade, a primazia atenta da solidariedade são o rio e o mar, são a água onde se bebe e se banha a renovação educativa que, abertos sobre tudo e para todos, os países europeus, ao ritmo que a cada um cresce, estão a fazer.

A educação mora aí. A educação mora sempre aí. A educação sem pavores, mas com raízes.

A nova Renascença que está a acontecer faz da nossa reunião um acontecimento com esperança. Este é o tempo certo para se viver.

Muito obrigado.

Referências Bibliográficas

Angelina Carvalho(1999)*Contratos de Autonomia, Aprendizagem Organizacional e Liderança*, Edições Asa, Lisboa.

Barroso, João(1997), *Autonomia e Gestão das Escolas*, Lisboa, Ministério da Educação.

Lemos, Valter(1997), “ *A Gestão Escolar*”,in *A Educação em Debate*, Universidade Católica. Lisboa.

Lima, L.(1995),“*Reformar a Administração Escolar. A recentralização por controlo remoto e a autonomia como instrumento*”, in *Actas do Colóquio Fórum Educação*. Lisboa

Damião, José(1995) “ *O Pensamento em Acção*”, in *Actas da Associação Nacional de Professores*. Braga.